

Demonstrações Financeiras

V2i Energia S.A.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

V2i Energia S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidada.....	1
Balancos patrimoniais.....	5
Demonstrações dos resultados do exercício.....	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas, Diretores e Administradores da
V2i Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas V2i Energia S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras de exercícios anteriores examinadas por outro auditor independente

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, preparadas originalmente antes dos ajustes em decorrência dos efeitos da correção de erros identificados no cálculo e registro do PIS e da Cofins diferidos sobre o ativo de contrato das controladas, bem como dos correspondentes impactos sobre o efeito de imposto de renda e contribuição social no consolidado, além da correção do efeito tributário sobre as aquisições ocorridas no decorrer do 2020 e sobre o ganho por compra vantajosa na controladora, conforme descrito na nota explicativa 3.17, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 25 de junho de 2021. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2021, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa 3.17 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2020. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício de 2020 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as demonstrações financeiras de 2020 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreende o Relatório da Diretoria.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Diretoria e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Diretoria e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Diretoria, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 06 de abril de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP015199/O-6



Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC - 1RJ093771/O-9

V2i Energia S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
	(Reapresentado)		(Reapresentado)		
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	16.679	68.560	81.418	96.615
Concessionárias e permissionárias	6	-	-	13.301	3.350
Tributos e contribuições a compensar	7	1.481	575	5.204	2.346
Dividendos a receber	8	59.535	41.712	-	39.906
Adiantamento a fornecedores		-	-	11	-
Despesas antecipadas		-	-	687	-
Prêmio e seguros		62	-	62	13
Créditos a receber		-	-	1.016	-
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	9	-	-	94.099	35.476
Outros ativos circulantes		-	-	362	-
Total do ativo circulante		77.757	110.847	196.160	177.706
Não circulante					
Depósitos judiciais e cauções		-	-	256	82
Tributos e contribuições a compensar	7	-	-	1.857	1.745
Conta reserva		-	-	33.073	-
Conta de ressarcimento - CCEE	10	-	-	6.707	-
Direitos de uso		-	-	7.096	-
Partes relacionadas		-	-	98	98
Títulos e valores imobiliários		-	-	5.535	3.133
Concessão do serviço público (Ativo de contrato)	9	-	-	999.483	414.775
Investimentos	11	789.551	296.061	-	102.163
Imobilizado	12	-	-	385.741	-
Outros ativos não circulantes		-	-	271	-
Total do ativo não-circulante		789.551	296.061	1.440.117	521.996
Total do ativo		867.308	406.908	1.636.277	699.702

Nota	Controladora		Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
	(Reapresentado)		(Reapresentado)		
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	13	82	-	11.957	569
Obrigações tributárias		12	187	2.410	2.719
Empréstimo, financiamento e debêntures	14	-	-	30.943	15.958
Dividendos a pagar	16	27.813	22.359	42.943	22.415
Contas a pagar		5	-	2.569	3.087
Obrigações por arrendamentos		-	-	534	-
Instrumentos financeiros		-	-	264	-
Conta de ressarcimento - CCEE	10	-	-	22.522	-
Encargos setoriais		-	-	412	625
Outros passivos circulantes		-	-	476	40
Total do passivo circulante		27.912	22.546	115.010	45.413
Não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	29.428	8.185	69.308	44.827
Empréstimos e debêntures a pagar	14	116.269	-	716.027	197.500
Obrigações por arrendamentos		-	-	7.322	-
Instrumentos financeiros		-	-	1.860	2.256
Contas a pagar		-	-	1.998	2.000
Tributos diferidos - ativo financeiro		-	-	13.225	-
Provisão para desmobilização do parque		-	-	12.491	-
Provisão contingente	23	-	-	1.602	-
Contraprestação contingente	11	40.242	-	40.242	-
Total do passivo não circulante		185.939	8.185	864.075	246.583
Patrimônio líquido					
Capital social	16	614.000	350.000	614.000	346.000
Capital a integralizar		(4.000)	(4.000)	(4.000)	-
Reserva legal		7.853	3.459	7.853	3.459
Reserva lucros		35.604	26.718	35.604	26.718
	16	653.457	376.177	653.457	376.177
Participação de não controladores		-	-	3.735	31.529
Total do patrimônio líquido		-	-	657.192	407.706
Total do passivo e patrimônio líquido		867.308	406.908	1.636.277	699.702

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

V2i Energia S.A.

Demonstrações dos resultados dos exercícios
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	Controlada		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	18	-	-	96.760	47.141
Custos dos bens construídos e serviços prestados	19	-	-	(31.862)	(4.229)
Resultado operacional bruto		-	-	64.898	42.912
Despesas operacionais e administrativas	19	(2.554)	(3.660)	(6.924)	(6.143)
Outras receitas operacionais		-	-	876	-
Ganho pelo valor de indenização		-	-	876	-
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		(2.554)	(3.660)	58.850	36.769
Receitas financeiras		3.49	2.269	8.761	2.709
Despesas financeiras		(927)	(915)	(42.217)	(15.875)
Resultado financeiro, líquido	20	2.564	1.354	(33.456)	(13.166)
Participação nos lucros das investidas por equivalência patrimonial (MEP)	11	56.012	44.917	32.156	29.886
Ganho de ajuste a valor justo	11	62.694	24.075	62.694	24.075
Amortização de ágio (mais valia)	11	(9.454)	-	(9.456)	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		109.262	66.686	110.788	77.564
Imposto de renda e contribuição social corrente		(62)	(178)	(7.832)	(207)
Pis e Cofins correntes operações financeiras		-	-	394	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(21.316)	(8.185)	(21.826)	(19.010)
Lucro líquido do exercício		87.884	58.323	81.524	58.347
Lucro atribuído a não controladores		-	-	5.965	-
Lucro líquido do exercício		87.884	58.323	87.489	58.347

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

V2i Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Controlada		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	87.884	58.323	87.489	58.347
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Lucros líquido do exercício	87.884	58.323	87.489	58.347

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

V2i Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Capital social	Capital a integralizar	Reserva de lucros	Reserva legal	Lucros e prejuízos acumulados	Total	Participações de não controladores	Total do patrimônio
Em 31 de dezembro de 2019	250.000	(125.000)	2.239	235	-	127.474		127.474
Capital integralizado	-	221.000	-	-	-	221.000	4.165	225.165
Aumento de capital	100.000	(100.000)	-	-	-	-	-	-
Lucros/prejuízo do exercício	-	-	-	-	58.323	58.323	24	58.347
Dividendos	-	-	-	-	(30.620)	(30.620)	-	(30.620)
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	3.224	(3.224)	-	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucro	-	-	24.479	-	(24.479)	-	27.340	27.340
Em 31 de dezembro de 2020 - Reapresentado	350.000	(4.000)	26.718	3.459	-	376.177	31.529	407.706
Aumento de capital	264.000	-	-	-	-	264.000	(59)	263.941
Lucros/prejuízo do exercício	-	-	-	-	87.884	87.884	(395)	87.489
Constituição de reserva legal	-	-	-	4.394	(4.394)	-	-	-
Pagamento dividendos	-	-	(32.859)	-	(13.932)	(46.791)	-	(46.791)
Dividendos	-	-	-	-	(27.813)	(27.813)	-	(27.813)
Constituição de reserva	-	-	41.745	-	(41.745)	-	(27.340)	(27.340)
Em 31 de dezembro de 2021	614.000	(4.000)	35.604	7.853	-	653.457	3.735	657.192

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

V2i Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do Imposto de renda e contribuição social	87.884	58.323	110.788	58.347
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Impostos correntes e diferidos	23.421	8.363	31.675	21.350
Amortização do ativo de contrato	-	-	-	(17.309)
Receita de remuneração do ativo de contrato	-	-	-	(13.728)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(135)	-	1.618	-
Tributos a recuperar	-	563	-	-
Encargos s/ empréstimos e debêntures	633	-	38.657	15.619
Ajuste a valor justo	(62.694)	3.473	(62.694)	3.473
Compra vantajosa	-	(24.075)	-	(24.075)
Amortização da mais valia	9.529	2.900	9.529	2.900
Rendimento sobre aplicação financeira	-	-	(480)	-
Remuneração do ativo de contrato	-	-	(49.386)	-
Margem de Construção, operação e remuneração do ativo de contrato da Transmissão	-	-	(6.755)	-
Depreciação	-	-	13.815	-
Provisão para desmobilização	-	-	345	-
Provisão para risco cível	-	-	869	-
Equivalência patrimonial	(58.058)	(44.913)	(32.156)	(29.887)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Concessionárias e permissionárias	-	-	37.588	120
Depósitos judiciais	-	-	(29)	-
Despesas antecipadas	(62)	-	(258)	-
Tributos a recuperar	(906)	-	(1.977)	(112)
Outros ativos	-	-	5.891	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores e outras obrigações	82	-	5.530	-
Obrigações fiscais	(175)	(1.543)	(10.218)	(203)
Contas a pagar	-	-	(13)	401
Empréstimos	-	-	(4.193)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(596)	-
Outros passivos	5	-	(3.130)	256
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	(476)	3.087	84.510	17.152
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	-	-	(27)	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	(2.666)	(3.133)
Aplicações financeiras e recursos financeiros	-	-	428	-
Aquisição de investimentos	(398.703)	(174.079)	(398.703)	(160.999)
Recebimento de dividendos	36.649	13.285	473	998
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(362.054)	(160.794)	(400.495)	(163.134)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação empréstimo	115.799	-	115.799	27.980
Amortização de principal empréstimo e financiamentos	-	-	(20.126)	(615)
Pagamentos de juros empréstimo e financiamentos	-	-	(51.322)	(11.035)
Integralização de capital	264.000	221.000	264.000	221.000
Dividendos pagos	(69.150)	(10.500)	(77.277)	(10.500)
Liquidação instrumentos	-	-	(398)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	310.649	210.500	230.676	226.830
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(51.881)	52.793	(85.309)	80.848
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	68.560	15.767	166.726	15.767
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	16.679	68.560	81.417	96.615
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(51.881)	52.793	(85.309)	80.848

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas)
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A V2i Energia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 1 de agosto de 2019 e domiciliada na Avenida Pasteur, 110, sala 945 – Botafogo – Rio de Janeiro-RJ. O objeto social é a participação, como sócio ou acionista, em sociedades de propósito específico no território nacional (“holding”) que desenvolvam novos projetos de infraestrutura, nos termos da Lei 11.748 de 29 de maio de 2007, conforme alterada.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de janeiro de 2021, foi aprovada a alteração da razão social da Companhia para “V2i Energia S.A.”

1.2. Informações sobre as controladas

Eólica Mangue Seco 1

A Eólica Mangue Seco 1 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”), com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 12 de fevereiro de 2010 com o objetivo específico de construção, instalação, implantação, operação, exploração e manutenção da central geradora eólica denominada Usina Mangue Seco 1, na cidade de Guamaré, Estado do Rio Grande do Norte. O estatuto social define que a Companhia terá prazo de duração até 30 de junho de 2032, findo o qual a Companhia será liquidada na forma do estatuto.

A Companhia possui junto à ANEEL a seguinte autorização e registro de geração:

<u>Eólica</u>	<u>Estado</u>	<u>Cidade</u>	<u>Capacidade Instalada (MW)</u>	<u>Potência assegurada a partir do 3º Quadriênio (MW)</u>	<u>Início 3º quadriênio</u>	<u>Término do contrato CER</u>
Mangue Seco 1	RN	Guamaré	25,2	8,942	Julho de 2020	Junho de 2032

Contrato de Energia de Reserva - CER

A Companhia firmou em 9 de março de 2010 um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas)--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Informações sobre as controladas--Continuação

Contrato de Energia de Reserva - CER--Continuação

Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1º de julho de 2012, ao preço de R\$ 149,99/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. A partir de 1º de julho de 2012, a Companhia passou a faturar um valor fixo, mensal, correspondente ao valor definido em contrato.

Em conformidade com o contrato firmado com a CCEE, o primeiro quadriênio de geração se encerrou em 30 de junho de 2016. A partir de 1º de julho de 2016 houve a repactuação da garantia assegurada no contrato de 12 MW para a média de geração do quadriênio 9,295 MW.

Com início do 3º quadriênio em 1º de julho de 2020 houve a segunda repactuação da garantia física no contrato, de 9,295 MW médio para a média de geração do quadriênio de 8,942 MW médio.

Em consonância com seu segmento de atuação, a Companhia mantém um contrato exclusivo com a CCEE, seu único cliente. As demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.

Eólica Mangue Seco 3

A Eólica Mangue Seco 3 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”), com sede na cidade do Rio de Janeiro – RJ, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 12 de fevereiro de 2010 com o objetivo específico de construção, instalação, implantação, operação, exploração e manutenção da central geradora eólica denominada Usina Mangue Seco 3, na cidade de Guararé, Estado do Rio Grande do Norte. O estatuto social define que a Companhia terá prazo de duração até 30 de junho de 2032, findo o qual a Companhia será liquidada na forma do estatuto.

A Companhia possui junto à ANEEL, a seguinte autorização e registro de geração:

Eólica	Estado	Cidade	Capacidade Instalada (MW)	Potência Assegurada a partir do 3º Quadriênio (MW)	Início 3º quadriênio	Término do contrato CER
Mangue Seco 3	RN	Guararé	26	8,966	Julho de 2020	Junho de 2032

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas)--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Informações sobre as controladas--Continuação

Contrato de Energia de Reserva - CER

A Companhia firmou em 5 de setembro de 2010 um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1º de julho de 2012, ao preço de R\$ 149,99/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. A partir de 1º de julho de 2012 a Companhia passou a faturar um valor fixo, mensal, correspondente ao valor definido em contrato.

Em conformidade com o contrato firmado com a CCEE, o primeiro quadriênio de geração se encerrou em 30 de junho de 2016. A partir de 1º de julho de 2016 houve a repactuação da garantia física no contrato, de 12 MW para a média de geração do quadriênio de 9,45 MW. Com início do 3º quadriênio em 1º de julho de 2020 houve a segunda repactuação da garantia física no contrato, de 9,45 MWh para a média de geração do quadriênio de 8.966 MWh.

Em consonância com seu segmento de atuação, a Companhia mantém um contrato exclusivo com a CCEE, seu único cliente. As demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.

Eólica Mangue Seco 4

A Eólica Mangue Seco 4 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”), com sede na cidade do Rio de Janeiro – RJ, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 12 de fevereiro de 2010 com o objetivo específico de construção, instalação, implantação, operação, exploração e manutenção da central geradora eólica denominada Usina Mangue Seco 4, na cidade de Guamaré, Estado do Rio Grande do Norte. O estatuto social define que a Companhia terá prazo de duração até 30 de junho de 2032, findo o qual a Companhia será liquidada na forma do estatuto.

A Companhia possui junto à ANEEL, a seguinte autorização e registro de geração:

<u>Eólica</u>	<u>Estado</u>	<u>Cidade</u>	<u>Capacidade Instalada (MW)</u>	<u>Potência Assegurada a partir do 3º Quadriênio (MW)</u>	<u>Início 3º quadriênio</u>	<u>Término do contrato CER</u>
Mangue Seco 4	RN	Guamaré	26	9,776	Julho de 2020	Junho de 2032

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas)--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Informações sobre as controladas--Continuação

Contrato de Energia de Reserva - CER

A Companhia firmou em 5 de novembro de 2010 um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1º de julho de 2012, ao preço de R\$ 149,99/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. A partir de 1º de julho de 2012, a Companhia passou a faturar um valor fixo, mensal, correspondente ao valor definido em contrato.

Em conformidade com o contrato firmado com a CCEE, o primeiro quadriênio de geração se encerrou em 30 de junho de 2016. A partir de 1º de julho de 2016 houve a repactuação da garantia assegurada no contrato de 13 MW para a média de geração do quadriênio 10.209 MW. Com início do 3º quadriênio em 1º de julho de 2020 houve a segunda repactuação da garantia física no contrato, de 10,209 MWh para a média de geração do quadriênio de 9,776 MWh.

Em consonância com seu segmento de atuação, a Companhia mantém um contrato exclusivo com a CCEE, seu único cliente. As demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

A Arcoverde Transmissão de Energia S.A. (“Controlada”), foi constituída em 26 de maio de 2017 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas)--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Informações sobre as controladas--Continuação

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.--Continuação

Até 13 de março de 2020 a Arcoverde foi controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A. (“Controladora” ou “Grupo Sterlite”), que é subsidiária da Sterlite Power Grid Ventures Limited (“SPGVL”), localizada em Nova Deli, na República da Índia. Posteriormente a essa data efetivou-se a alteração societária de controle de empresa concessionária do serviço público de transmissão, com a formalização dos devidos documentos, no qual transfere as ações do Grupo Sterlite para V2i Energia S.A, com sede na cidade e estado do Rio de Janeiro.

A Controlada alterou sua sede da Avenida Dr. Cardoso de Melo, nº 1.308 – 8º andar, na Cidade do São Paulo, Estado de São Paulo, para a Rua Avenida Pasteur, 110 – 9º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado Rio de Janeiro no dia 16 de junho de 2020.

Concessão

Em 24 de abril de 2017, a Controlada sagrou-se vencedora do Leilão ANEEL nº 005/2016 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica. O contrato de concessão nº 35/2017 foi assinado em 11 de agosto de 2017, e apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente, e assegura Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação comercial.

O projeto da Controlada consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado de Pernambuco:

- (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Caetés II e Arcoverde II, em circuito simples, com extensão aproximada de 50 km;
- (ii) Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Garanhuns II e Arcoverde II, em circuito simples, com extensão aproximada de 89 km;
- (iii) Subestação Arcoverde II, no Estado de Pernambuco, com pátio de 230 kV para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 230/69 - 13,8 kV, conectados por um banco de dois transformadores monofásicos de 100 MVA;
- (iv) Novo pátio de 69kV na Subestação Garanhuns II, no Estado do Pernambuco, para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 230/69 - 13,8 kV, conectados por um banco de dois transformadores monofásicos de 100 MVA; e

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas)--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Informações sobre as controladas--Continuação

Concessão--Continuação

- (v) Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalação vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Em maio de 2019, a Controlada concluiu a fase de construção e entrou em operação. Devido a eficiência na construção das linhas de transmissão, a disponibilidade ocorreu 28 meses antes do prazo exigido pela ANEEL.

Receita Anual Permitida - RAP

O contrato de concessão assegura Receita Anual Permitida - RAP no montante R\$ 24.600, a partir da entrada em operação das linhas de transmissão. A RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão, bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão.

Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizados, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

A Controlada aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas)--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Informações sobre as controladas--Continuação

A Transmissora Porto Alegreense de Energia S.A.

A Transmissora Porto Alegreense de Energia S.A. (“Controlada”) é uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica regularizada e instalada no Estado do Rio Grande do Sul, com CNPJ nº 10.938.103/0001-50. A Controlada alterou sua sede da cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Cristóvão Colombo, 1.160, sala 405, bairro Floresta para a Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Avenida Pasteur, 110, 9º andar, Botafogo, no dia 30 de abril de 2020.

A Controlada tem como acionistas a V2i Energia S.A. (V2i) com 90,35% das ações e a Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-T, com 9,65%.

Constituída com o objetivo de implantar, operar e manter uma linha de transmissão subterrânea de 12 km (230 kV) no Município de Porto Alegre em função da participação e vitória de seus sócios em um processo licitatório conduzido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 17 de maio de 2009.

Concessão

O Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia da TPAE foi formalizado com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 29 de novembro de 2009, pelo prazo total de 30 anos. A linha de transmissão de energia, apesar de atrasos, foi implantada com sucesso, estando desde maio de 2012 energizada e em fase de avaliação pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) para liberação e início de operação. Tal formalidade da ONS foi realizada em 02 de dezembro de 2013 por meio da Carta ONS nº 1467/100/2013, deliberando que a Companhia estava apta a operar de forma integrada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), desde 22 de novembro de 2013.

A Controlada tem por objeto social a exploração da concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, prestado mediante a construção, a montagem, a operação e a manutenção das instalações de transmissão da Linha de Transmissão Porto Alegre 9 – Porto Alegre 4, subterrânea, 230 kV, localizada no Estado do Rio Grande do Sul, composta pela Linha de Transmissão em 230 kV, circuito simples, subterrânea, com extensão aproximada de 11 km, origem na Subestação Porto Alegre 9 e término na Subestação Porto Alegre 4, entradas de linha, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, controle, telecomunicação, administração e controle, conforme o Lote “A” do Edital de Leilão nº 001/2009-ANEEL, processo nº 48500.000368/2009-18.

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas)--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Informações sobre as controladas--Continuação

Receita Anual Permitida - RAP

O investimento total foi de aproximadamente R\$ 75.000 com uma receita anual líquida da RAP e garantida de R\$ 7.293, conforme estabelecido na resolução homologatória da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 1.918, de 23 junho de 2015, que é uma receita garantida por Contratos pela ANEEL e pelo ONS por meio dos quais todos os usuários (em torno de 220 empresas) do Sistema Integrado Nacional (SIN) farão pagamentos mensais para a TPAE. O valor da RAP é corrigido anualmente no mês de julho de cada ano pela variação do IPCA.

Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizados, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

A Controlada aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

Lest - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

A Lest - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A. ("Investida") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 01 de fevereiro de 2016 e domiciliada na Avenida Pasteur, 110/ Sala 945, Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

A V2i Energia S.A. era detentora de 49,9% do capital da Lest e, no dia 20 de dezembro de 2021 houve a aquisição dos 50,1% restantes das ações dos FIPs Transmissão e Coinvestimento. As Partes estruturaram a transferência das Ações em duas tranches, sendo a 1ª tranche de Ações correspondente a 37,6% do capital social da Companhia, proporcionalmente à participação detida por cada Vendedor, e a tranche final, correspondente às Ações Remanescentes, equivalentes, na data de celebração do SPA, a 12,5% do capital social da Companhia. No que se refere ao Preço de Aquisição, foi previsto, pela totalidade dos 50,1% do capital social objeto do SPA.

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas)--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Informações sobre as controladas--Continuação

Lest - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.--Continuação

O objeto social é a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e sobressalentes, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica caracterizadas no anexo 6-13 do Edital do leilão nº 05/2016-ANEEL e são descritas a seguir:

Concessão

Em 24 de abril de 2017, a Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A., denominada Concessionária de transmissão, com a interveniência e anuência da Vinci Infra Transmissão Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, detentora de 59,99% de suas ações ordinárias, da Vinci Infra Coinvestimento | Fundo de investimento em Participações em Infraestrutura, detentora de 40% de suas ações ordinárias, e da CMN Solutions A026 Participações S.A. detentora de 0,01% de suas ações ordinárias, foi declarada vencedora do Leilão Público n.º 005/2016–ANEEL, realizado pelo BM&FBOVESPA.

Em 11 de agosto de 2017, a investida assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o Contrato de Concessão nº 033/2017, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos.

As instalações de transmissão nos estados de Alagoas, Pernambuco e Sergipe, são compostas pela Linha de Transmissão Paulo Afonso IV – Luiz Gonzaga, bloco I, em 500 kV, circuito dois, circuito simples, com extensão aproximada de 38 km, com origem na Subestação Paulo Afonso IV e término na Subestação Luiz Gonzaga; pela Linha de Transmissão Xingó – Jardim, em 500 kV, bloco II, circuito dois, circuito simples, com extensão aproximada de 160 km, com origem na Subestação Xingó e término na Subestação Jardim; entrada de linhas, interligação de barramentos, equipamentos de compensação reativa; conexões de reatores, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas)--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Informações sobre as controladas--Continuação

Concessão--Continuação

Na prestação do serviço público de transmissão, deverão ser atendidos os procedimentos de rede e suas revisões, as cláusulas estabelecidas no contrato de prestação de serviço de transmissão, celebrado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, contendo as condições técnicas e comerciais para disponibilizar as suas instalações de transmissão para a operação interligada.

Receita Anual Permitida - RAP

O investimento total previsto era de aproximadamente 324.000. A Receita Anual Permitida - RAP foi determinada em R\$ 44.500 (valor original) na data do leilão, com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPC-A e será válida por todo o prazo de operação comercial da LEST. A Companhia considerava o início de recebimento da RAP a partir de abril de 2020, entretanto, a antecipação na entrega do Bloco I, (trecho Paulo Afonso – Luiz Gonzaga), em 23 de fevereiro de 2020, permitiu o início da operação comercial, antecipada em 24 meses em relação ao cronograma da Aneel. Em 13 de dezembro de 2020 entrou em operação o Bloco II, concluindo o empreendimento.

A Investida solicitou no ano de 2017 ao Ministério da Fazenda, junto a Secretaria da Receita Federal, o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), como titular do projeto. A habilitação ao programa foi deferida em 24 de outubro de 2018, através do Ato Declaratório Nº 168.

A LI (Licença de Instalação) do Bloco 2 (trecho Xingó – Jardim), foi emitida em 10 de dezembro de 2018. A LI (Licença de Instalação) do Bloco 1 (trecho Paulo Afonso – Luiz Gonzaga), foi emitida em 18 de janeiro de 2019.

A LO (Licença de Operação) do Bloco 1 (trecho Paulo Afonso – Luiz Gonzaga), foi emitida em 23 de dezembro de 2019. A emissão da LO (Licença de Operação) do Bloco 2 (trecho Xingó – Jardim), foi emitida em 13 de dezembro de 2020.

Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizados, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas)--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Informações sobre as controladas--Continuação

Encargos regulamentares--Continuação

A Controlada aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

1.3. Impactos do COVID 19 nos negócios da Companhia

A Administração da Companhia está acompanhando os possíveis impactos do COVID 19 em seus negócios.

Diante da pandemia reportada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) relacionada à difusão do Covid-19, a Companhia adotou medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão e usinas, e observando as recomendações das autoridades sanitárias.

Adicionalmente, foram avaliados os possíveis impactos em relação aos saldos contábeis, divulgados a seguir:

A Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem remuneração fixa, tendo em vista seu perfil conservador.

Os negócios da Companhia apresentam receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios dos nossos segmentos de atuação, não apresentando risco de demanda. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência do COVID-19 no ano de 2021.

Com base na avaliação acima, conclui-se que em 31 de dezembro de 2021 e até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia e às demonstrações financeiras.

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas)--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 31 de março de 2021.

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas)--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

- (a) Contas a receber (ativo da concessão) – mensurado no início da concessão ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a Taxa Interna de Retorno - TIR é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado, por concessão, e é utilizada para remunerar o ativo financeiro da referida concessão durante o período da construção. Após a entrada em operação comercial, a TIR é revisada de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção.

O saldo do ativo financeiro reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TIR da concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da RAP que deve remunerar a infraestrutura.

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas)--Continuação
31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

- (b) Receita de construção - a concessionária, durante a fase de construção dos ativos, reconhece receita de construção pelo valor justo e seus respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado. Essas receitas são contabilizadas seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e pronunciamento técnico CPC 47 – Contratos de contratos com cliente. A Companhia reconhece a receita de construção e melhorias ao longo da implantação, com base no estágio de conclusão das obras realizadas. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados, ou, quando não puder ser medido de maneira confiável, até o limite dos custos reconhecidos na condição em que os custos incorridos possam ser recuperados. A Companhia não reconhece nenhuma margem de construção porque o modelo de concessão: (i) não se destina a gerar lucros a partir da construção de infraestrutura, mas a partir da prestação de serviços, (ii) a forma como a Companhia gerencia as construções baseia-se fortemente em serviços terceirizados e (iii) não há previsão de margens dessas operações nos planos de negócios da Companhia.
- (c) Avaliação de instrumentos financeiros – são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros.
- (d) Contrato de concessão - a Companhia adota e utiliza, para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão, as previsões da interpretação técnica ICPC 01. Essa interpretação orienta as concessionárias sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos por entidades privadas.
- (e) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos – são registrados passivos relacionados aos impostos diferidos decorrentes das receitas não realizadas. Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual.

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas)--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.2. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas)--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas)--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas)--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Avaliação do modelo de negócio--Continuação

Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas)--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2021, compreendem saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas)--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento: um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas)--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.3. Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual

Os contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e as controladas regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, as controladas são responsáveis por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui como obrigação de desempenho construir, manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essa obrigação de desempenho, as controladas mantêm suas infraestruturas de transmissão disponíveis para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47 / IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nesta norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como uma “Concessão do serviço público (ativo contratual)”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas)--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.3. Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual--Continuação

Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (ii) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à Remuneração Anual Permitida (RAP) durante o prazo de concessão. Os valores da RAP garantidas são determinados pelo Operador Nacional do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo de concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, a receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. O reconhecimento do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que a Companhia obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfatória ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificadas e as projeções das receitas esperadas. Por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Companhia.

3.4. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas)--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.5. Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, e são calculados conforme previsto no Art.202, I da lei das S.A. “Art. 202.os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto ou, se este for omissivo, a importância determinada de acordo com as seguintes normas:

I - metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

- a) importância destinada à constituição da reserva legal (art. 193); e
- b) importância destinada à formação da reserva para contingências (art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores.

3.6. Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

3.7. Demais ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.8. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas)--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.9 Demais ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.10 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.11. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: Receita de Construção, Receita de Operação e Manutenção e Receita de Remuneração sobre ativo contratual, conforme detalhado na nota 3.3 Contratos de concessão de serviços públicos – ativo contratual.

3.12. Despesas operacionais

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas)--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.13. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente.

O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia.

3.14. Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

3.15. Combinação de negócios

As combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente mensura a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas)--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.15. Combinação de negócios--Continuação

aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificar e alocar de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela desta unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nestas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

As participações acionárias adquiridas, são avaliadas pelo valor justo dos ativos e passivos detidos pelas entidades objeto do negócio e as diferenças para o valor pago são classificados como: (i) intangível (*goodwill*) quando o valor pago superar o valor justo dos ativos e passivos; (ii) resultado do exercício (compra vantajosa) quando o valor pago é inferior ao valor justo dos ativos e passivos.

A Companhia também pode por estabelecer um teste opcional (teste de concentração) para permitir avaliação

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas)--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.15. Combinação de negócios--Continuação

simplificada sobre se o conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. A Administração avaliou eventuais transações que tenham ocorrido no período atendendo as seguintes considerações:

1. se o teste de concentração for atendido, o conjunto de atividades e ativos é determinado como não sendo um negócio e nenhuma avaliação adicional é necessária; e
2. se o teste de concentração não for atendido, ou se a entidade optar por não aplicar o teste, a entidade deve então realizar a avaliação de uma combinação de negócio.

3.16. Informações por segmento

A Companhia participa em sociedades de propósito específico em território nacional ("holding"). Suas controladas atuam somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realizam atividades de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

3.17. Reapresentação de valores correspondentes

Os valores correspondentes do balanço patrimonial, demonstração de resultado, demonstração de fluxo de caixa e demonstração do resultado abrangente referente ao exercício em 31 de dezembro de 2020, apresentados nas demonstrações financeiras para fins de comparação, estão sendo reapresentados em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, em decorrência dos impostos diferidos de PIS e Cofins incidentes na operação, vindos das mudanças provocadas nas investidas Lest e Arcoverde impactando a coluna de consolidação, bem como a correção do efeito tributário sobre aquisições ocorridas no decorrer do exercício e sobre o ganho por compra vantajosa na controladora. O resumo dos impactos está detalhado abaixo:

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas)--Continuação
31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.17. Reapresentação de valores correspondentes--Continuação

a) Balanço patrimonial - Controlada

	Divulgado		Reapresentado
	31/12/2020	Ajuste	31/12/2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	68.560	-	68.560
Tributos e contribuições a compensar	575	-	575
Dividendos a receber	41.712	-	41.712
Total do ativo circulante	110.847	-	110.847
Não circulante			
Investimentos/MEP	321.841	(25.780)	296.061
Total do ativo não-circulante	321.841	(25.780)	296.061
Total do ativo	432.688	(25.780)	406.908
	Divulgado		Reapresentado
	31/12/2020	Ajuste	31/12/2020
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Obrigações Tributárias	187	-	187
Dividendos a pagar	22.359	-	22.359
Total do passivo circulante	22.546	-	22.546
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27.824	(19.639)	8.185
Total do passivo não circulante	27.824	(19.639)	8.185
Patrimônio líquido			
Capital social	346.000	-	346.000
Reserva legal	3.459	-	3.459
Reserva lucros	32.859	(6.141)	26.718
Total do patrimônio líquido	382.318	(6.141)	376.177
Total do passivo e patrimônio líquido	432.688	(25.780)	406.908

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas)--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.17. Reapresentação de valores correspondentes--Continuação

b) Balanco patrimonial - Consolidado

	Divulgado		Reapresentado
	31/12/2020	Ajuste	31/12/2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	96.615	-	96.615
Concessionárias e permissionárias	3.350	-	3.350
Tributos e contribuições a compensar	2.346	-	2.346
Dividendos a receber	39.906	-	39.906
Prêmio e seguros	13	-	13
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	35.476	-	35.476
Total do ativo circulante	177.706	-	177.706
Não circulante			
Depósitos judiciais e cauções	82	-	82
Tributos e contribuições a compensar	1.745	-	1.745
Partes relacionadas	98	-	98
Títulos e valores imobiliários	3.133	-	3.133
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	416.151	(1.376)	414.775
Investimentos	102.163	-	102.163
Intangível	26.448	(26.448)	-
Total do ativo não-circulante	549.820	(27.824)	521.996
Total do ativo	727.526	(27.824)	699.702

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas)--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.17. Reapresentação de valores correspondentes--Continuação

b) Balanco patrimonial – Consolidado--Continuação

	Divulgado		Reapresentado
	31/12/2020	Ajuste	31/12/2020
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	569	-	569
Obrigações tributárias	2.719	-	2.719
Empréstimo, financiamento e debêntures	15.958	-	15.958
Dividendos a pagar	22.415	-	22.415
Contas a pagar	3.087	-	3.087
Encargos setoriais	625	-	625
Outros passivos circulantes	40	-	40
Total do passivo circulante	45.413	-	45.413
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	64.466	(19.639)	44.827
PIS e Cofins diferidos	29.384	(29.384)	-
Empréstimos e debêntures a pagar	197.500	-	197.500
Instrumentos financeiros	2.256	-	2.256
Contas a pagar	2.000	-	2.000
Total do passivo não circulante	295.606	(49.023)	246.583
Patrimônio líquido			
Capital social	346.000	-	346.000
Reserva legal	3.459	-	3.459
Reserva lucros	32.859	(6.141)	26.718
Total do patrimônio líquido	382.318	(6.141)	376.177
Participação de não controladores	4.189	27.340	31.529
Total do passivo e patrimônio líquido	727.526	(27.824)	699.702

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas)--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.17. Reapresentação de valores correspondentes--Continuação

c) Demonstração do resultado do exercício - Controlada

	Divulgado		Reapresentado
	31/12/2020	Ajuste	31/12/2020
Despesas operacionais e administrativas	(3.660)	-	(3.660)
Outras receitas operacionais			
Ganho com compra vantajosa e remensuração de preço	24.075	-	24.075
	24.075	-	24.075
Lucro operacional antes do resultado financeiro	20.415	-	20.415
Receitas financeiras	2.269	-	2.269
Despesas financeiras	(915)	-	(915)
Resultado financeiro, líquido	1.354	-	1.354
Participação nos lucros das investidas por equivalência patrimonial (MEP)	42.873	2.044	44.917
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	64.642	2.044	66.686
Imposto de renda e contribuição social corrente	(178)	-	(178)
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	(8.185)	(8.185)
Lucro líquido do exercício	64.464	(6.141)	58.323

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas)--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.17. Reapresentação de valores correspondentes--Continuação

d) Demonstração do resultado do exercício - Consolidado

	Divulgado		Reapresentado
	31/12/2020	Ajuste	31/12/2020
Receita operacional líquida	45.097	2.044	47.141
Custos dos bens construídos e serviços prestados	(4.229)	-	(4.229)
Resultado operacional bruto	40.868	2.044	42.912
Despesas operacionais e administrativas	(6.143)	-	(6.143)
Outras receitas operacionais	-	-	-
Ganho com compra vantajosa e remensuração de preço	24.075	-	24.075
	24.075	-	24.075
	-	-	-
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	58.800	2.044	60.844
Receitas financeiras	2.709	-	2.709
Despesas financeiras	(15.875)	-	(15.875)
Resultado financeiro, líquido	(13.166)	-	(13.166)
Participação nos lucros das investidas por equivalência patrimonial (MEP)	29.886	-	29.886
	-	-	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	75.520	2.044	77.564
	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	(207)	-	(207)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(10.825)	(8.185)	(19.010)
	-	-	-
Lucro líquido do exercício	64.488	(6.141)	58.347

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas)--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.17. Reapresentação de valores correspondentes--Continuação

e) Demonstração do fluxo de caixa-- controladora

	Divulgado		Reapresentado
	31/12/2020	Ajuste	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do Imposto de renda e contribuição social	64.464	(6.141)	58.3239
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Tributos diferidos e correntes	178	8.185	8.363
Tributos a recuperar	563	-	563
Ajuste a valor justo	3.473	-	3.473
Compra vantajosa	(24.075)	-	(24.075)
Amortização da mais valia	2.900	-	2.900
Equivalência patrimonial	(42.873)	(2.044)	(44.917)
Obrigações fiscais	(1.543)	-	(1.543)
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	3.087	-	3.087
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de investimentos	(174.079)	-	(174.079)
Recebimento de dividendos	13.285	-	13.285
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(160.794)	-	(174.079)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de capital	221.000	-	221.000
Dividendos pagos	(10.500)	-	(10.500)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	210.500	-	210.500
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	52.793	-	52.793
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	15.767	-	15.767
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	68.560	-	68.560
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	52.793	-	52.793

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas)--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Principais práticas contábeis--Continuação

3.17. Reapresentação de valores correspondentes--Continuação

e) Demonstração do fluxo de caixa-- consolidado

	Divulgado		Reapresentado
	31/12/2020	Ajuste	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do Imposto de renda e contribuição social	64.488	(6.141)	58.347
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Tributos diferidos e correntes	13.165	8.185	21.350
Ativo de contrato	(17.309)	-	(17.309)
Outros ativos	(11.684)	(2.044)	(13.728)
Encargos s/ empréstimos e debêntures	15.619	-	15.619
Ajuste a valor justo	3.473	-	3.473
Compra vantajosa	(24.075)	-	(24.075)
Amortização da mais valia	2.900	-	2.900
Equivalência patrimonial	(29.887)	-	(29.887)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber	120	-	120
Tributos a recuperar	(112)	-	(112)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Obrigações fiscais	(203)	-	(203)
Contas a pagar	401	-	401
Outros passivos não circulantes	256	-	256
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	17.152	-	17.152
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e Valores Mobiliários	(3.133)	-	(3.133)
Aquisição de investimentos	(160.999)	-	(160.999)
Recebimento de dividendos	998	-	998
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(163.134)	-	(163.134)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação empréstimo	27.980	-	27.980
Amortização de principal empréstimo e financiamentos	(615)	-	(615)
Pagamentos de juros empréstimo e financiamentos	(11.035)	-	(11.035)
Integralização de capital	221.000	-	221.000
Dividendos pagos	(10.500)	-	(10.500)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	226.830	-	226.830
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	80.848	-	80.848
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	15.767	-	15.767
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	96.615	-	96.615
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	80.848	-	80.848

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas)--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.17. Reapresentação de valores correspondentes--Continuação

f) Demonstração da mutação do patrimônio líquido

	Divulgado							Participações de não controladores	Total do patrimônio
	Capital social	Capital a integralizar	Reserva de retenção de lucros	Dividendos intercalares	Reserva legal	Lucros e prejuízos acumulados	Total		
Em 31 de dezembro de 2019	250.000	(125.000)	2.239		235	-	127.474		127.474
Capital integralizado	-	221.000	-	-	-	-	221.000	4.165	225.165
Aumento de capital	100.000	(100.000)	-	-	-	-	-	-	-
Lucros/prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	64.464	64.464	24	64.488
Dividendos	-	-	-	-	-	(20.120)	(20.120)	-	(20.120)
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	3.224	(3.224)	-	-	-
Pagamento dividendos intercalares	-	-	-	(10.500)	-	-	(10.500)	-	(10.500)
Constituição de reserva de retenção de lucro	-	-	41.120	-	-	(41.120)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2020	350.000	(4.000)	43.359	(10.500)	3.459	-	382.318	4.189	386.507
	Reapresentado							Participações de não controladores	Total do patrimônio
	Capital social	Capital a integralizar	Reserva de retenção de lucros	Reserva legal	Lucros e prejuízos acumulados	Total			
Em 31 de dezembro de 2019	250.000	(125.000)	2.239	235	-	127.474			127.474
Capital integralizado	-	221.000	-	-	-	221.000	4.165		225.165
Aumento de capital	100.000	(100.000)	-	-	-	-	-		-
Lucros/prejuízo do exercício	-	-	-	-	58.323	58.323	24		58.347
Dividendos	-	-	-	-	(30.620)	(30.620)	-		(20.120)
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	3.224	(3.224)	-	-		-
Pagamento dividendos intercalares	-	-	-	-	-	(10.500)	-		(10.500)
Constituição de reserva de retenção de lucro	-	-	24.479	-	(24.479)	-	27.340		27.340
Em 31 de dezembro de 2020	350.000	(4.000)	26.718	3.459	-	376.177	31.529		407.706

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.17. Reapresentação de valores correspondentes--Continuação

g) Demonstração do resultado abrangente - Controlada

	<u>Divulgado</u>		<u>Representado</u>
	<u>31/12/2020</u>	<u>Ajuste</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido do exercício	64.464	6.141	58.323
Outros resultados abrangentes		-	-
Lucros líquido do exercício	<u>64.464</u>	<u>6.141</u>	<u>58.323</u>

h) Demonstração do resultado abrangente - Consolidado

	<u>Divulgado</u>		<u>Representado</u>
	<u>31/12/2020</u>	<u>Ajuste</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido do exercício	64.488	6.141	58.347
Outros resultados abrangentes		-	-
Lucros líquido do exercício	<u>64.488</u>	<u>6.141</u>	<u>58.347</u>

4. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - *International Accounting Standards Board*

- (i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1 e IFRS 2 - Declaração de Prática	Divulgação de políticas contábeis	IAS 1 (1º de janeiro de 2023) / IFRS 2 - Declaração de prática (sem data de vigência ou exigência de transição)

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - *International Accounting Standards Board*—Continuação

- (ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais	1º de janeiro de 2021
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos	Em 31 de março de 2021, o IASB estendeu até 30 de junho de 2022, a aplicação do expediente prático do IFRS 16, em decorrência de benefício concedidos à arrendatários (“lease concessions”) em decorrência da pandemia de COVID-19	31 de março de 2021

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	34	6	1.939	1.079
Títulos de renda fixa CDB (i)	16.645	68.554	79.479	95.536
	16.679	68.560	81.418	96.615

- (i) Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundos de investimentos, não exclusivo, que tiveram no ano de 2021 e 2020, a remuneração média referenciada ao CDI de 90%. A carteira do Fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

6. Concessionárias e permissionárias

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Concessionária e permissionária (i)	13.301	3.350
	13.301	3.350

- (i) O saldo apresentado refere-se ao faturamento da RAP das transmissoras e valores a receber referente ao registro do contrato de fornecimento de energia eólica firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, recebido mensalmente, o que inclusive ocasionou aumento significativo se comparado ao ano anterior, já que a compra das investidas no ramo de energia eólica ocorreu em 2021. A Administração acredita que não há Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), visto que não houve mudança significativa nos valores contábeis dos instrumentos financeiros.

7. Tributos e contribuições a compensar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda	1.260	55	3.211	726
Contribuição social	221	105	852	539
IRRF sobre aplicação financeira	-	415	492	797
PIS retido na fonte	-	-	107	51
COFINS retido na fonte	-	-	469	233
Outros	-	-	73	-
Total circulante	1.481	575	5.204	2.346
ICMS a recuperar (III)	-	-	1.857	1.745
Total não circulante	-	-	1.857	1.745

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Dividendos a receber

	Controlada	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	41.712	25.803
Dividendos a receber	47.458	15.909
Dividendos recebidos	(29.635)	-
Total	59.535	41.712

Em 2021 conforme mencionado na nota explicativa 1 – contexto operacional, em 2021 foi adquirida as seguintes companhias Eólica Mangue Seco 1, Eólica Mangue Seco 3, e Eólica Mangue Seco 4, bem como a aquisição da investida Lest.

9. Concessão do Serviço Público (Ativo de Contrato)

Descrição	LEST	ARCO	TPAE
Linhas de Transmissão			
Margem de construção	56,47%	32,52%	15,54%
Margem de operação e manutenção	10%	13,12%	10%
Taxa de remuneração	5,06%	5,06%	5,40%
Índice de correção dos contratos	IPCA	IPCA	IPCA
Custos incorridos até 31/12/2020	290.168	-	53.041
RAP Anual	53.842	18.489	9.855

Descrição	Consolidado
Ativo de contrato 31/12/2020 - reapresentado	414.775
Saldo devido a consolidação da LEST	425.493
Receita de remuneração do ativo de contrato – Com <i>gross-up</i> (*)	108.064
Receita das margens da obrigação de performance de construção – Com <i>gross-up</i> (*)	9.346
Recebimento da RAP	(84.279)
Mais Valia	220.183
Ativo de contrato 31/12/2021	1.093.582
Circulante	94.099
Não circulante	999.483
Total	1.093.582

(*) *Gross up* é o termo técnico para reajuste para base de cálculo, a fim de identificar o valor bruto, ou seja, com impostos.

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Concessão do Serviço Público (Ativo de Contrato) -Continuação

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. O reconhecimento do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que a Companhia obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificadas e as projeções das receitas esperadas. Por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte das controladoras.

10. Conta de ressarcimento - CCEE

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Ativo não circulante (a)		
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	6.707	-
Passivo circulante (b)		
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	22.522	-

- (a) O saldo dessa conta representa o valor acumulado até a presente data, dos ajustes referentes à diferença entre geração a maior e recebimento do contrato com a CCEE. O montante que exceder o limite superior da faixa de tolerância (30% acima do valor assegurado), será ressarcido conforme apuração realizada ao final de cada ano contratual, recebendo-se apenas 70% do preço contratado sobre o montante do excedente (em MWh). Caso o montante esteja contido na faixa de tolerância (entre o valor assegurado e o limite superior da faixa de tolerância) a Companhia será ressarcida conforme apuração realizada ao final de cada quadriênio, mediante a aplicação do preço contratual vigente sobre o montante acumulado (em MWh).
- (b) Corresponde à parcela da energia gerada a menor, que fica aquém do limite inferior da faixa de tolerância (10% abaixo do valor assegurado), referente a um ano de contrato, adicionada de multa de 15%, contabilizada no passivo circulante

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Investimento

Composição do investimento

	Arcoverde	TPAE	Lest	MS1	MS3	MS4	Total
Investimento em 31/12/2020 - Reapresentado	151.996	41.902	102.163	-	-	-	296.061
Investimento em 31/12/2021	161.104	37.189	311.396	87.341	91.879	100.642	789.551

Movimentação do Investimento

a) Controlada - 2021

Movimentação	ARCOVERDE	TPAE	Lest	MS1	MS3	MS4	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020 - Reapresentado	151.996	41.902	102.163	-	-	-	296.061
Aquisição de controlada	-	-	89.086	22.025	30.583	24.638	166.332
Mais Valia na aquisição de controlada	-	-	62.946	67.723	67.478	82.940	281.087
Dividendos	(15.110)	(6.965)	(11.220)	(6.143)	(6.937)	(8.097)	(54.472)
Apropriação mais valia	(5.547)	(215)	(683)	(1.849)	(4.590)	(5.279)	(18.163)
Ajuste ao valor justo – aquisição em etapas	-	-	62.694	-	-	-	62.694
Sub-total	131.339	34.722	304.986	81.756	86.534	94.202	733.539
Equivalência patrimonial	29.765	2.467	6.410	5.585	5.345	6.440	56.012
Saldo em 31 de dezembro de 2021	161.104	37.189	311.396	87.341	91.879	100.642	789.551

Movimentação	Controlada		Coligada		31/12/2020	
	ARCOVERDE	TPAE	Lest	Controladora	Consolidado	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	-	-	-	-	-
Aquisição de controlada/coligada	71.724	39.509	90.395	201.628	90.395	
Ágio na aquisição de controlada	-	-	-	-	-	
Recebimento de juros s/ capital próprio	(3.287)	-	-	(3.287)	-	
Recebimento de dividendos	(9.000)	(957)	(998)	(10.955)	(998)	
Recebimento remensuração de preço	(3.985)	(110)	-	(4.095)	-	
Pagamento remensuração de preço	-	776	-	776	-	
Dividendos propostos	(1.191)	(521)	(39.999)	(41.711)	(39.999)	
Mais valia	77.790	2.829	18.897	99.516	18.897	
Apropriação de mais valia	(2.128)	(143)	(683)	(2.954)	(683)	
<i>Earn-out</i>	-	-	1.205	1.205	1.205	
Sub-total	129.923	41.383	68.817	240.123	68.817	
Equivalência patrimonial	14.802	229	34.551	49.582	34.551	
Ajuste de preço	7.271	290	(1.205)	6.356	(1.205)	
Saldo em 31 de dezembro de 2020 - (Reapresentado)	151.996	41.902	102.163	296.061	102.163	

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Investimento--Continuação

Combinação de negócios

No primeiro semestre de 2021 a Companhia finalizou as aquisições das participações nas empresas Mangue Seco 1 (“MS1”), Mangue Seco 3 (“MS3”), Mangue Seco 4 (“MS4”). No último trimestre do ano adquiriu o restante total das ações da Lest Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A. (“LEST”). Seguindo a orientação do CPC 15 (R1), a Administração optou pelo teste de concentração do valor justo e concluiu que todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos está concentrado, substancialmente, em um único ativo identificável. Desta forma, a Administração concluiu que a aquisição das empresas não é um negócio e, portanto, nenhuma avaliação adicional é necessária. Os ativos de contrato de concessão das investidas foram avaliados com base na metodologia de fluxo de caixa futuro descontado a valor presente e os respectivos impostos diferidos foram reconhecidos. O fluxo de caixa foi descontado utilizando as taxas de desconto que refletem avaliações correntes de mercado e as características de cada contrato de concessão.

Data da aquisição	LEST	MS1	MS3	MS4
	20/12/2021	09/04/2021	09/04/2021	07/01/2021
Valor Pago	111.951	89.748	98.061	107.578
Contraprestação contingente (i)	40.080	-	-	-
Valor total da operação	152.031	89.748	98.061	107.578
Participação adquirida	50,10%	100,00%	100,00%	100,00%
Valor contábil na aquisição	89.086	22.025	30.583	24.638
Valor justo	152.031	89.748	98.061	107.578
Mais valia apurada	62.945	67.723	67.478	82.940

(i) Valor de refere-se à tranche final de aquisição de 12,5% do capital social da Companhia Lest, finalizando a transferência de ações restantes dos FIPs Transmissão e Coinvestimento para a V2i Energia S.A., nos termos do SPA de 20/12/2021. A V2i já possui todo usufruto das ações com direito a 100% dos dividendos. Esse valor é corrigido mensalmente à taxa de IPCA + 6%, conforme contrato de compra e venda.

Período de mensuração do *Purchase Price Allocation* (PPA):

A Companhia apurou em caráter provisório os valores da combinação de negócio de acordo como tópico 45 do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - “*Business Combination*”, que determina a contabilização inicial da combinação de negócios ao término do período de reporte em que a combinação ocorrer. A Companhia não identificou alterações em relação as posições apuradas durante o período de mensuração. Os valores justos dos patrimônios líquidos das companhias adquiridas foram calculados considerando o Nível 3 da hierarquia apresentada nos parágrafos 72 e seguintes do CPC 46 - Mensuração do valor justo, e foram determinados a partir do método da renda utilizando o fluxo de caixa descontado. Os ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data das aquisições, acrescidos dos ajustes.

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Investimento--Continuação

Controlada LEST:

Valores justos reconhecidos para os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos em 20 de dezembro de 2021.

Patrimônio Líquido a Valor Justo - 100% LEST			
Descrição	Valor contábil (R\$ mil)	Ajuste a valor justo (R\$ mil)	Valor justo (R\$ mil)
Ativo	534.989	125.640	660.629
Disponibilidades	1.411	-	1.411
Recebíveis	3.870	-	3.870
Impostos a recuperar	961	-	961
Ativo Intangível	10	-	10
Outros	5	-	5
Conta reserva	5.932	-	5.932
Ativo de contratual	522.800	125.640	648.440
Passivo	357.173	-	357.173
Contas a Pagar	10.130	-	10.130
Impostos a pagar	998	-	998
Impostos diferidos	16.597	-	16.597
Dividendos	74.159	-	74.159
Empréstimos e financiamentos	255.289	-	255.289
Patrimônio líquido	177.816	125.640	303.456

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Investimento--Continuação

Controlada MS1:

Valores justos reconhecidos para os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos em 09 de abril de 2021.

Ajuste a valor justo	Valor contábil (R\$ mil)	Ajuste a valor justo (R\$ mil)	Valor justo (R\$ mil)
Descrição			
Ativo	96.239	66.900	163.139
Disponibilidades	16.366	-	16.366
Recebíveis	2.988	-	2.988
Imposto a recuperar	91	-	91
Outros	242	-	242
Conta de reserva	11.570	-	11.570
Ativo imobilizado	64.983	-	64.983
Contrato PPA	-	66.900	66.900
Passivo	96.239	-	96.239
Contas a pagar	4.243	-	4.243
Dividendos a pagar	303	-	303
Impostos a pagar	0	-	0
Provisão de débito fiscal	0	-	0
Outros passivos circulantes	4.174	-	4.174
Diferido (depreciação)	0	-	0
Empréstimos e financiamentos	59.846	-	59.846
Provisão de Adiantamento de	-	-	-
Clientes	-	-	-
Adiantamento de clientes	6.368	-	6.368
Patrimônio líquido	21.306	-	21.306

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Investimento--Continuação

Controlada MS3:

Valores justos reconhecidos para os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos em 09 de abril de 2021.

<u>Ajuste a valor justo</u>			
<u>Descrição</u>	<u>Valor contábil (R\$ mil)</u>	<u>Ajuste a valor justo (R\$ mil)</u>	<u>Valor justo (R\$ mil)</u>
Ativo	92.667	66.400	159.067
Disponibilidades	9.065	-	9.065
Recebíveis	3.001	-	3.001
Imposto a recuperar	-	-	-
Outros	248	-	248
Conta de reserva	14.583	-	14.583
Ativo imobilizado	65.770	-	65.770
Contrato PPA	-	66.400	66.400
Passivo	92.667	-	92.667
Contas a pagar	6.515	-	6.515
Dividendos a pagar	734	-	734
Impostos a pagar	-	-	-
Provisão de Débito Fiscal	-	-	-
Outros Passivos Circulantes	2.555	-	2.555
Diferido (depreciação)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	44.855	-	44.855
Provisão de Adiantamento de clientes	-	-	-
Adiantamento de clientes	8.431	-	8.431
Patrimônio líquido	29.575	-	29.575

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Investimento--Continuação

Controlada MS4:

Valores justos reconhecidos para os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos em 07 de janeiro de 2021.

<u>Ajuste a valor justo</u>			
<u>Descrição</u>	<u>Valor contábil (R\$ mil)</u>	<u>Ajuste a valor justo (R\$ mil)</u>	<u>Valor justo (R\$ mil)</u>
Ativo	101.827	72.900	174.727
Disponibilidades	17.984	-	17.984
Recebíveis	3.546	-	3.546
Imposto a recuperar	-	-	-
Outros	673	-	673
Conta de reserva	12.081	-	12.081
Ativo imobilizado	67.543	-	67.543
Contrato PPA	-	72.900	72.900
Passivo	101.827	-	101.827
Contas a pagar	6.697	-	6.697
Dividendos a pagar	704	-	704
Impostos a pagar	-	-	-
Provisão de débito fiscal	-	-	-
Outros passivos circulantes	2.368	-	2.368
Diferido (depreciação)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	60.803	-	60.803
Provisão de adiantamento de clientes	-	-	-
Adiantamento de clientes	7.690	-	7.690
Patrimônio líquido	23.564	-	23.564

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado

A composição do ativo imobilizado é como segue:

	Taxas médias de depreciação (% a.a.)	Saldo em 31/12/2020	Saldo oriundos das novas investidas	Adições	Saldo em 31/12/2021
Custo contábil					
Móveis e utensílios	10%	-	103	-	103
Equipamentos, máquinas e instalações	10%	-	282	41	323
Software	20%	-	5	-	5
Equipamento de processamento de dados	20%	-	96	-	96
Equipamentos de informática	20%	-	-	58	58
Parque eólico	4,76%	-	342.973	71	343.044
Desmobilização do parque eólico	5%	-	6.947	(146)	6.801
Total do custo		-	350.406	24	350.430
Total da depreciação acumulada		-	(154.768)	(16.342)	(171.110)
Mais Valia		-	-	-	206.421
Total líquido		-	195.638	(16.318)	385.741

13. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores	82	-	11.957	569
	82	-	11.957	569

Os fornecedores referem-se à venda de materiais, serviços ligados a construção da linha de transmissão e serviços prestados de engenharia referentes à operação e manutenção da rede. Existe também a provisão de custos de construção na controlada Lest, no valor de R\$ 7.775, referente a itens pendentes do contrato de construção que ainda não foram realizados.

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos e debêntures

14.1 Composição

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Controladora

Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	Taxa efetiva de juros
	2021	2020				
1ª Emissão de Debêntures (f)	116.269	-	(4.651)	junho/24	Trimestral	DI + 3,55%

Consolidado

Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	Taxa efetiva de juros
	2021	2020				
LEST						
1ª Emissão de Debêntures (g)	34.625	30.072	4.553	15/03/34	Semestral	IPCA + 5,3649%
Financiamento BNB (c)	224.279	225.043	(764)	15/11/38	Mensal	IPCA + 3,3467%
Total	258.904	255.116				
ARCO						
2ª Emissão de Debêntures (a)	56.219	53.121	3.097	15/07/42	Semestral	IPCA + 5,02%
Financiamento BNB (b)	121.365	121.913	(549)	15/12/38	Mensal	IPCA + 1,46%
Total	177.584	175.035				
TPAE						
Total em Moeda Nacional (e)	38.027	38.422	(395)	15/10/30	Semestral	2,65 a.a.%
Total	38.027	38.422				
Mangue Seco I (d)						
Total em Moeda Nacional	56.707	60.404	(3.696)	15/07/31	Mensal	7,12%
Total	56.707	60.404				
Mangue Seco III (d)						
Total em Moeda Nacional	41.902	45.882	(3.980)	15/03/31	Mensal	7,12%
Total	41.902	45.882				
Mangue Seco IV (d)						
Total em Moeda Nacional	57.578	61.370	(3.792)	15/07/31	Mensal	7,12%
Total	57.578	61.370				

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos e debêntures--Continuação

A movimentação dos empréstimos e debêntures estão demonstradas a seguir:

Controladora	Saldos em 31/12/2020	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária e custos	Captação	Saldos em 31/12/2021
1ª Emissão de Debêntures	-	-	471	115.798	116.269
Total em Moeda Nacional					
Total	-				116.269
Circulante	-				-
Não circulante	-				116.269

Consolidado	Saldos em 31/12/2020	Pagamento de juros e principal	Encargos, atualização monetária e custos	Captação	Saldos em 31/12/2021
Financiamento BNB (b) (c) (d)	121.913	66.022	53.240	392.698	501.831
Itaú Capital de Giro (e)	38.422	3.363	2.968	-	38.027
2ª Emissão de debêntures (a)	53.121	5.053	8.150	-	56.219
1ª Emissão de Debêntures (f) (g)	-	881	783	150.992	150.894
Total em Moeda Nacional	213.457				746.971
Circulante	17.721				30.943
Não Circulante	195.735				716.027

- (a) A controlada Arcoverde realizou a segunda emissão de debêntures, composta de principal e juros, não conversíveis em ações e com garantia de aval/fiança bancária e quitação para 15 de julho de 2042, cujo principal é atualizado pelo IPCA e juros remunerados por IPCA + 5,0196%. Não houve descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e os índices financeiros foram auditados, inexistindo evento de vencimento antecipado relativos ao *covenants* contratual referente ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida previstos no item 23 da cláusula 4.1.2 da escritura da segunda emissão de debêntures da Arcoverde Transmissão, datada de 10 de setembro de 2019.
- (b) A controlada Arcoverde realizou contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil, em 30 de agosto de 2019, composto de principal e juros, com garantia de fiança bancária e quitação para 15 de dezembro de 2038, a remuneração ocorre pelo IPCA + taxa de 1,7138%, com previsão contratual de bônus de adimplência incidente sobre os juros fixos.

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos e debêntures--Continuação

14.2. Instrumentos financeiros--Continuação

- (c) A controlada Lest firmou contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste (BNB), número 5.2018.905.5889 no valor de R\$ 211.353 celebrado em 11 de outubro de 2018, garantido por fiança bancária emitida pelo Itaú BBA, com vigência até 30 de junho de 2022. O empréstimo possui cláusulas de vencimento antecipado não vinculadas ao desempenho financeiro da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021 não havia parcelas inadimplidas.
- (d) Em 2011, as Controladas Mangue Seco 1, Mangue Seco 3 e Mangue Seco 4 captaram junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. recursos para financiamento da construção dos Parques Eólicos, à taxa de juros de 9,50% a.a. e com vencimento final em março de 2031. Os recursos foram liberados em janeiro e março de 2012. Se o pagamento de juros ocorrer na data de vencimento, há um bônus de adimplência de 25% sobre a taxa de juros.
- (e) A TPAE firmou operação de Capital de Giro foi contratada junto ao Itaú através da CCB nº 10012010000500, com desembolso de R\$38 milhões em outubro de 2020, e primeiro pagamento em 15/04/2021 e vencimento em 15/10/2030.
- (f) Em 22 de dezembro de 2021, a V2i Energia fez a sua primeira emissão de debêntures, composta de principal e juros, não conversíveis em ações, com quitação em 22 de março de 2024, sendo os juros reajustados pelo DI e pela taxa de 3,55% a.a. e o principal não sendo reajustado. Inicialmente foi feita a emissão de 120.920 cotas, com valor unitário de R\$1.000,00.
- (g) Emissão pública de debêntures simples da Controlada Lest, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, emitida em 16 de setembro de 2019 no valor total de R\$ 27.000. Recursos utilizados em despesas relativas à implantação das linhas de transmissão. Amortizações semestrais com primeira parcela em 15 de setembro de 2023.

Os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2023	-	29.682
2024	116.269	149.779
2025	-	36.672
2026	-	47.507
2027 a 2042	-	452.387
Total	116.269	716.027

Instrumentos financeiros derivativos - consolidado

	<u>Taxa de juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Valor justo do ativo financeiro na ponta passiva IPCA	2,65 a.a.	15/10/2030	44.108	41.799
Valor justo do ativo financeiro na ponta passiva CDI			(41.984)	(39.542)
			2.124	2.257

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos e debêntures--Continuação

14.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Instrumentos financeiros derivativos - consolidado --Continuação

SWAP	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	264	-
Não Circulante	1.860	2.257
Total	2.124	2.257

Arelado ao empréstimo do Itaú da controlada TPAE, referenciado no item (e) acima, foi gerado um Contrato de SWAP n. 109820090005400, de 01 de outubro de 2020, junto ao Itaú. Foi utilizada a metodologia de valor justo para a mensuração do ativo e passivo financeiro. O valor justo na ponta passiva de IPCA, foi de R\$44.107 e o valor justo na ponta ativa de CDI, foi de R\$41.983, auferindo o resultado de R\$ 2.124 de resultado passivo.

15. Impostos diferidos

	Controlada		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
		Reapresentado		Reapresentado
Diferido ativo				
Prejuízo fiscais de imposto de renda	-	-	4.252	4.253
Bases negativas de contribuição social	-	-	1.530	1.530
	-	-	5.782	5.783
Diferido passivo				
Imposto de renda diferido	21.619	6.019	54.059	537.214
Contribuição social diferido	7.809	2.166	21.031	13.396
	29.428	8.185	75.090	50.610
Imposto de renda e contribuição social diferida	29.428	8.185	69.308	44.827

Os tributos são apresentados no balanço pelo líquido entre ativo e passivo diferido.

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são decorrentes das diferenças temporárias sobre as despesas pré-operacionais e poderão ser excluídas em quotas fixas e mensais e no prazo de 05 (cinco) anos, a partir do início das operações.

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Impostos diferidos--Continuação

Os saldos de imposto de renda e contribuição social apresentados no passivo sobre a receita de clientes – CPC 47 (IFRS 15), são reconhecidos sobre a margem de implementação de infraestrutura e remuneração do ativo contratual e, será realizado na proporção das operações, considerando as receitas e custos de operação como depreciação do ativo imobilizado da concessão deduzidos de imposto de renda e contribuição social.

Os valores de imposto de renda e contribuição social corrente que afetaram o resultado do exercício registrados, são como segue:

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
		(Reapresentado)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro (a)	109.262	66.686
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição calculados às alíquotas fiscais combinadas	37.149	22.673
Outros	3.298	
Equivalência patrimonial	(19.045)	(14.578)
Ganho de valor justo	(21.340)	(7.223)
Outras diferenças temporárias	-	(694)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(62)	(178)
Alíquota efetiva	-0,06%	-0,27%

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
		(Reapresentado)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro (a)	110.788	77.564
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição calculados às alíquotas fiscais combinadas	37.668	26.372
Outros	(5.825)	-
Equivalência patrimonial	(18.335)	(14.721)
Ganho de valor justo	(21.340)	(11.858)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(7.832)	(207)
Alíquota efetiva	-9,33%	-0,27%

(a) As linhas acima tiveram impacto devido a reapresentação dos saldos, devido principalmente, pela mudança de divulgação da receita líquida em 2020 para receita bruta em 2021, que impactou na duplicidade do registro de PIS e COFINS diferido, efeitos da correção de erro conforme nota "3.17. Reapresentação de valores correspondentes" da respectiva demonstração financeira.

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Impostos diferidos--Continuação

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferido que afetaram o resultado do exercício registrados, são como segue:

Regime lucro real	31/12/2020		31/12/2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Aquisição com Compra Vantajosa	24.075	24.075	-	-
Mais Valia - AVJ	-	-	62.694	62.694
Alíquota fiscal combinada	25%	9%	25%	9%
Lucro real sobre a receita bruta	6.018	2.167	15.674	5.642
Base de cálculo total	6.018	2.167	15.674	5.642
Alíquota efetiva	25%	9%	25%	9%
Despesa de imposto de renda e contribuição social	6.018	2.167	15.674	5.642
Total	6.018	2.167	15.674	5.642
Total - Controladora		8.185		21.316
Adição Controladas Impostos diferidos - Ativo de Contrato		10.826		510
Total - Consolidado		19.010		21.826

16. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 614.000 (R\$346.000 em 2020), representando 700.000 (250.000 em 2020) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país.

A Companhia foi constituída em 08/2019 com a integralização de capital de R\$ 125.000. No ano de 2020 a V2i aumentou seu capital social para R\$ 250.000. Em 01/2021 o capital social aumentou para R\$ 350.000. Em 06/2021 houve novo aumento do capital social para R\$ 700.000. Em razão da Cisão, houve a redução do capital da Companhia no montante de R\$ 86.000 e o capital passou para R\$ 610.000, com R\$ 4.000 a serem integralizados, dividido em 700.000 de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Reserva legal

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Patrimônio líquido--Continuação

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, fixado pela legislação societária.

Controladora

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Capital Social	614.000	614.000
Limite - 20%	20%	20%
Limite permitido	122.800	122.800

Constituição de reserva legal

	<u>31/12/2021</u>	<u>Reapresentado 31/12/2020</u>
Lucros líquido do exercício	87.884	58.323
Percentual	5%	5%
Saldo Inicial reserva legal	3.459	235
Total da reserva legal no exercício (a)	4.394	3.224
Saldo final reserva legal	7.853	3.459

(a) A partir da reapresentação dos saldos de 2020, a Companhia teve um impacto no resultado auferido, porém como a mesma não pode alterar os montantes de dividendos provisionados e distribuídos a diferença no cálculo da reserva legal do saldo reapresentado foram considerados dentro da rubrica de reserva de lucros.

Reserva de lucro

Essa reserva é constituída com o saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura incorporação ao capital social e/ou distribuição aos acionistas. O saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso, tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07.

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
	<u>Reapresentado</u>	
Lucro líquido do exercício	87.884	58.323
Reserva legal 5%	(4.394)	(3.224)
Base para Dividendos (a)	83.490	61.547
Reserva de lucros – saldo inicial	26.718	2.239
Distribuição de dividendos	(32.859)	-
Reserva de lucro do exercício	41.745	24.479
Total	35.604	26.718

(a) A partir da reapresentação dos saldos de 2020, a Companhia teve um impacto no resultado auferido, porém como a mesma não pode alterar os montantes de dividendos provisionados e distribuídos a diferença no cálculo da reserva legal do saldo reapresentado foram considerados dentro da rubrica de reserva de lucros.

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Patrimônio líquido—Continuação

Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

O cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios ocorreu da seguinte forma:

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
	Reapresentado	
Lucro líquido do exercício	87884	58.323
Reserva legal - 5%	(4.394)	(3.224)
Saldo disponível para destinação	83.490	55.099
Dividendos intercalares	(13.932)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (50%) (a)	41.745	30.620
Constituição de Dividendos	37.938	30.620
Reserva de lucros	41.745	24.479

(a) A partir da reapresentação dos saldos de 2020, a Companhia teve um impacto no resultado auferido, porém como a mesma não pode alterar os montantes de dividendos provisionados e distribuídos a diferença no cálculo da reserva legal do saldo reapresentado foram considerados dentro da rubrica de reserva de lucros.

Segue movimentação do saldo do dividendos a pagar:

	Controlada		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
				Reapresentado
Saldo inicial	22.359	2.239	22.415	2.295
Dividendos declarados no exercício	27.813	30.620	52.992	30.620
Dividendos pagos no exercício	(22.359)	(10.500)	(22.359)	(10.500)
Total	27.813	22.359	53.048	22.415

17. Resultado por ação

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
		Reapresentado
Lucro líquido do exercício	109.200	64.464
Lucro líquido por ação (a)	0,181	0,1842

(a) A Companhia não tem nenhum efeito diluidor

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
	Reapresentado	
Receita de remuneração do ativo de contrato– <i>gross up</i> (a)	44.719	51.126
Receita geração eólica	55.845	-
Receita CDE	1.240	38
Receita de operação e manutenção – <i>gross up</i> (a)	2.701	-
Outras receitas	-	5
	104.505	50.169
(-) Deduções		
Efeito <i>Gross-up</i> dos tributos de ativo de contrato(*) (a)	(1.731)	(38)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(280)	(260)
Despesa – TFSEE	(138)	(95)
PIS e Cofins	(4.929)	(2.575)
Encargos do consumidor	(403)	(60)
Outras deduções	(264)	-
	(7.745)	(3.028)
Receita operacional líquida	96.760	47.141

(*) *Gross up* é o termo técnico para reajuste para base de cálculo, a fim de identificar o valor bruto, ou seja, com impostos.

(a) As linhas acima tiveram impacto devido a reapresentação dos saldos, devido principalmente, pela mudança de divulgação da receita líquida em 2020 para receita bruta em 2021, que impactou na duplicidade do registro de PIS e COFINS diferido, efeitos da correção de erro conforme nota "3.17. Reapresentação de valores correspondentes " da respectiva demonstração financeira.

19. Custos e despesas operacionais

Controladora	Despesas Gerais e Administrativas		Despesas Gerais e Administrativas	
	De operação 31/12/2021	31/12/2021	De operação 31/12/2020	31/12/2020
Gerais e administrativas	-	(2.251)	-	(760)
Depreciação e amortização	-	-	-	(2.900)
Tributos	-	(303)	-	-
	-	(2.554)	-	(3.660)

Consolidado	Despesas Gerais e Administrativas		Despesas Gerais e Administrativas	
	De Operação 31/12/2021	31/12/2021	De Operação 31/12/2020	31/12/2020
Material	(73)	(15)	(2)	(346)
Serviços de terceiros	(15.819)	(3.297)	(2.619)	(1.314)
Depreciação e amortização	(13.811)	(4)	388	(2.900)
Custo de construção	-	-	(532)	-
Outras	(1.001)	(2.190)	(1.464)	(1.576)
Pessoal	-	(258)	-	-
Tributos	(1.158)	(803)	-	-
Seguros	-	(357)	-	(7)
	(31.862)	(6.924)	(4.229)	(6.143)

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Serviços financiamento e tarifas	(294)	(915)	(304)	(15.875)
Multa e juros	(162)	-	(572)	-
Atualização monetária, IOF	-	-	(1.196)	-
Juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos	(471)	-	(38.657)	-
Swap a valor justo	-	-	(1.361)	-
Outras despesas financeiras	-	-	(127)	-
Despesas financeiras	(927)	(915)	(42.217)	(15.875)
Receitas com swap	-	-	428	-
Atualização monetária sobre desmobilização do parque	-	-	16	-
Receitas sobre aplicação financeira	3.491	2.269	8.317	2.709
Receitas financeiras	3.491	2.269	8.761	2.709
Resultado financeiro, líquido	2.564	1.354	(33.456)	(13.166)

21. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2021, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

	Nível	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativos mensurados ao valor justo pelo resultado					
Títulos e valores mobiliários	2	-	-	21.335	18.718
Aplicações financeiras	2	-	-	17.956	57.459
Conta Reserva	2	-	-	33.073	38.059
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nível	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalente de caixa	2	16.679	68.560	44.910	67.316
Concessionárias e permissionárias	2	-	-	13.301	12.644
Passivo mensurados pelo custo amortizado	Nível	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e financiamentos	2	116.269	-	549.021	638.483
Fornecedores	2	82	-	10.072	6.428

A Administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor

recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Os saldos contábeis dos instrumentos mensurados ao custo amortizado se aproximam de seu valor de mercado.

21.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

a) Risco de crédito

Salvo pelas contas a receber (ativo da concessão) e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Risco de crédito--Continuação

alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

b) Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2021 da controladora é de 0,3056% é no consolidado de 1,3486%.

c) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

d) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21.2 Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

21. Remuneração da administração

A remuneração da Administração e da Diretoria Executiva, compreende o pró-labore e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas” como “Honorários da diretoria”. A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Salários	556	180
Provisões trabalhistas	111	36
Benefícios	540	330
Conselheiros e Diretores	506	584
INSS	689	65
Participação nos Lucros	348	320
	2.751	1.515

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Contingências

A Companhia não tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como provável e possível, com base na avaliação de seus assessores legais, sendo assim conforme determinam as práticas contábeis não há provisão constituída, bem como informações a serem divulgadas.

a. Controlada Arcoverde

Em 31 de dezembro de 2021 a Arcoverde possuía 4 processos de contingência passiva na área Cível, distribuídos em 2018. São ações de constituição de servidão e a administração acredita que há prognóstico possível de perda, totalizando o valor de R\$335.

b. Controlada TPAE

Em 31 de dezembro de 2021 a TPAE possui o seguinte processo de contingência passiva na área Cível. A administração acredita que há prognóstico possível de perda, totalizando o valor de causa de R\$80.

c. Controlada LEST

Em 31 de dezembro de 2021 a LEST possui trinta e nove processos de contingência passiva na área Cível. O objeto são Ações de Constituição de Servidão e a administração acredita que há prognóstico possível de perda, totalizando o valor das causas de R\$869.

d. Controlada MS1

Em maio de 2012, a Companhia foi notificada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE quanto ao não envio das medições anemométricas (velocidade e força dos ventos) e climatológicas permanentes dos ventos no local em que se encontra instalada a usina para a Empresa de Pesquisa Energética – EPE para o período de abril a dezembro de 2011. Esta obrigação encontra-se prevista no Contrato de Energia de Reserva firmado com a CCEE, no montante de R\$139.

e. Controlada MS3

Em maio de 2012, a Companhia foi notificada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE quanto ao não envio das medições anemométricas (velocidade e força dos ventos) e climatológicas permanentes dos ventos no local em que se encontra instalada a usina para a Empresa de Pesquisa Energética – EPE para o período de abril a dezembro de 2011. Esta obrigação encontra-se prevista no Contrato de Energia de Reserva firmado com a CCEE no montante de R\$124.

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Contingências--Continuação

f. Controlada MS4

Em maio de 2012, a Companhia foi notificada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE quanto ao não envio das medições anemométricas (velocidade e força dos ventos) e climatológicas permanentes dos ventos no local em que se encontra instalada a usina para a Empresa de Pesquisa Energética – EPE para o período de abril a dezembro de 2011. Esta obrigação encontra-se prevista no Contrato de Energia de Reserva firmado com a CCEE no montante de R\$136.

23. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

24. Seguros

a. Controlada Lest

Modalidade	Importância Segurada R\$	Período de Vigência
Seguro - Riscos Operacionais *	222.684.878	08 de maio de 2021 a 08 de maio de 2022
Seguro Garantia Aneel	13.583.557	01 de agosto de 2017 a 08 de novembro de 2022.

(*) Esse contrato de seguro garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado, conforme os termos da apólice e até o valor da garantia e de acordo com as modalidades e coberturas adicionais expressamente contratadas, em razão de participação em licitação, em contrato principal pertinente a obras e serviços, inclusive de publicidade, compras, concessões e permissões no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, ou, ainda, as obrigações assumidas em razão dos seguintes itens:

- Processos administrativos.
- Processos judiciais, inclusive execuções fiscais.
- Parcelamentos administrativos de créditos fiscais, inscritos ou não, em dívida ativa.
- Regulamentos administrativos.

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Seguros--Continuação

Encontram-se também garantidos por esse contrato de seguro os valores devidos ao segurado, tais como multas e indenizações, oriundos do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador, previstos em legislação específica, para cada caso.

O teto de indenização dos seguros de Risco Operacional (apólice 180 0001066477) e de Responsabilidade Civil (apólice 02852.2021.0021.0351.0006372) são, respectivamente R\$ 70 milhões e R\$ 20 milhões.

Também existe um contrato de Seguro Garantia com a Pottencial, apólice 0306920189907750252430000, com o valor da cobertura de R\$ 48 milhões.

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Companhia.

a. Controlada Arcoverde

A Companhia possui dois seguros vigentes no momento. Um contrato de seguro de Responsabilidade Civil Geral, com apólice 02852.2021.0021.0351.0006373, pela AXA Seguros, relativas a reparações por danos involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, com vigência até 06/05/2022 e com limite máximo de indenização de R\$ 20 milhões.

A segunda apólice se refere ao seguro de risco operacional, com apólice 1800002519845, emitido pela Tokio Marine Seguradora, com vigência até 06/05/2022 e com limite de indenização de R\$ 70 milhões.

a. Controlada TPAE

A Companhia possui um contrato de seguro com apólice 046692021100101180001540 pela FairFax Brasil Seguros Cooperativos S.A., com cobertura de danos materiais e lucros cessantes, com vigência até 28 de maio de 2022. Limite máximo de indenização é de R\$ 48 milhões. E, também, possui um contrato de seguro de responsabilidade civil, apólice 02852.2021.0021.0351.0006279, com cobertura de R\$ 15 milhões.

b. Controlada MS1

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2021, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Seguros--Continuação

Ramos	Importâncias seguradas	Apólice	Vigência
Riscos Operacionais	208.754	960 0000002513	21/11/2021 a 21/11/2022
Responsabilidade Civil	5.584	28.522.021.002.103.510.0007205	21/11/2021 a 21/11/2022

a. Controlada MS3

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2021, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Ramos	Importâncias seguradas	Apólice	Vigência
Responsabilidade Civil	5.591	28.522.021.002.103.500.000.000	21/11/2021 a 21/11/2022
Riscos Operacionais	187.661	960 0000002515	21/11/2021 a 21/11/2022

b. Controlada MS4

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2021, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Ramos	Importâncias seguradas	Apólice	Vigência
Riscos Operacionais	216.629	960 0000002514	21/11/2021 a 21/11/2022
Responsabilidade Civil	6.016	28.522.021.002.103.500.000.000	21/11/2021 a 21/11/2022

V2i Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Eventos subsequentes

Conforme AGE realizada no dia 23 de março de 2022, aprovou-se a distribuição de dividendos de R\$ 19.500, com base nos lucros apurados no exercício social de 2021. Os dividendos ora declarados, serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2021. Em 01/2022 houve a integralização de R\$ 4.000 e o capital social da V2i passou para R\$ 614.000.

Na controlada TPAE ocorreu um desligamento da Linha de Transmissão não programado ocasionado pela empresa CCR, no dia 22/04/21, por conta estudos de sondagens de solo, perfurando a fase C em dois pontos e danificando a fase Reserva. Imediatamente após o desligamento, a equipe de O&M da CEEE e da TPAE foram acionadas providenciando todas as ações necessárias para o reestabelecimento do sistema e suprimentos necessários para execução das emendas nos cabos LTS 230kV. Devido à extensão dos danos e complexidade dos cabos subterrâneos, os reparos duraram 22 dias e, em 14/05/21, houve o restabelecimento total do sistema TPAE. O seguro foi acionado imediatamente após o evento, através da comunicação de sinistro, e após análise e regulação houve o pagamento de indenização de R\$ 0,8 milhões, em 15/02/21. A partir de junho/21 a disponibilidade da LT ficou em 100%.

* * *

Diretoria Executiva

Ana Paula Pousa Bacaltchuc De Salles Fonseca
Diretora Financeira

Vagner Alexandre Serratto
Diretor de Operações

Responsável técnico pelas demonstrações financeiras

Leandro Barbalho de Brito
Contador CRC-RJ 092.334/O-9